

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Governo quase impossível

“O problema do Brasil não é o Banco Central. O problema do Brasil são os juros altos”, afirmou o ex-deputado e ex-ministro do PT José Dirceu (foto), em entrevista à Band. O político classificou o governo Lula como “um governo quase impossível”. Disse que os juros não subiram ou desceram por causa dos ataques, mas por causa do dólar.



LUIZA PRADO/ARQUIVO/JC

Brasil está crescendo

“Com todas as dificuldades que enfrenta, o Brasil está crescendo, o emprego está crescendo, a renda está crescendo, temos quase R\$ 400 bilhões de reservas, temos superávit na balança comercial, no investimento direto, não temos déficit em conta corrente”, argumentou.

Minoria na Câmara

Na avaliação de José Dirceu, “o que tem de diferente do Lula I e do Lula II é que o mundo mudou, o Brasil mudou, e o partido do governo e os partidos que o apoiaram são minoria. Se nós separarmos 90 deputados do PL e 130 da centro-esquerda, tem 300 votos, que, de certa forma, quem lidera é Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara. Isso é um impedimento quase impossível, como eu digo, e único”.

Articulação com a Câmara

Questionado sobre articulação com a Câmara, José Dirceu disse que não vê erro de articulação. “Mudou o Brasil em relação aos partidos políticos. Hoje os partidos e as bancadas têm posição, as bancadas são organizadas, como, por exemplo, a do agronegócio. A que não está organizada é a da indústria, a da reforma tributária”, acentuou o ex-ministro petista.

Sistema político impraticável

“Governos com minoria no Congresso têm dificuldade em implementar sua agenda”, afirmou José Dirceu. “Ou o presidencialismo brasileiro passa a ter um Congresso com poder a partir das emendas impositivas, num sistema político partidário impraticável, que só existe no Brasil.”

O problema são os altos juros

No entendimento de José Dirceu, “o problema do Brasil são os juros altos”. Ele explica: “o Conselho Monetário Nacional estabelece uma meta de inflação de 3% num país como o Brasil, no mundo de hoje, de 3% de meta de inflação, mesmo que haja uma alteração para 1,5%. Como é que uma economia pode funcionar pagando R\$ 800 bilhões de juros pelo serviço da dívida pública, para 1% dos brasileiros, que é isso que controla a dívida pública?”, questiona.

O País tem rumo

Na visão de José Dirceu, “o País tem rumo. Está fazendo uma reforma e vai concluí-la, mesmo com altos e baixos e muitas pressões”. Ele entende que a reforma tributária, dentro do que foi possível fazer, ajuda. “Acaba a guerra fiscal, simplifica e cobra no destino, favorecemos consumidores, desonera a exportação.”

Prefeitura quer restringir isenção de IPTU a 2024

Proposta de benefício a atingidos por enchente será votada na Câmara

/ LEGISLATIVO

Após a catástrofe climática gerada pela cheia do Guaíba, a prefeitura de Porto Alegre havia encaminhado um projeto à Câmara Municipal para a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) por dois meses para imóveis afetados pela enchente. Na votação do Legislativo, uma emenda que havia sido protocolada pelos vereadores foi aprovada, ampliando a isenção até o ano de 2026.

A redação final da lei aprovada pelo Legislativo foi vetada pelo prefeito Sebastião Melo (MDB). Assim, um novo projeto foi encaminhado para a Câmara, nesta segunda-feira, propondo que a

isenção do IPTU seja apenas até o final de 2024. A expectativa é de que o texto seja votado na sessão de hoje. Portanto, antes do recesso legislativo, que começa na próxima semana.

Para imóveis atingidos diretamente pelas cheias, haverá isenção total e um desconto de 20% nos meses de maio a dezembro para os atingidos parcialmente.

Quem já pagou o IPTU referente a 2024 antecipado terá desconto em 2025. As mesmas regras valem para o ISSQN-TP para profissionais liberais e na Taxa de Coleta de Lixo (TCL).

À época da primeira apreciação do projeto na Câmara de Porto Alegre, o secretário municipal da

Fazenda, Rodrigo Fantinel, já havia orientado a base governista a votar contrária à emenda, alegando um alto impacto nas finanças municipais. Apesar disso, parlamentares ligados a Melo haviam sido favoráveis à matéria.

A mesma justificativa foi apresentada em um ofício apresentado pelo prefeito aos parlamentares após o veto. Segundo ele, o projeto inicial (de dois meses de isenção) gerava um prejuízo de R\$ 22 milhões nas despesas municipais, que subia para R\$ 788 milhões com as emendas aprovadas pela Câmara.

Com a nova proposição (da isenção até o final de 2024), os cofres públicos deixarão de arrecadar R\$ 178 milhões.

Juliana Brizola conversa com PSDB e outros partidos

/ ELEIÇÕES 2024

Ana Carolina Stobbe
ana.stobbe@jcrs.com.br

Lançada como pré-candidata à prefeitura de Porto Alegre pelo PDT, a ex-deputada estadual Juliana Brizola tem realizado reuniões com diferentes partidos em busca de apoio para a composição de sua chapa. Na segunda-feira, ela visitou a Câmara Municipal da Capital e a Assembleia Legislativa do Estado para discutir eventuais possibilidades de coligação e de nomes para a acompanharem no pleito.

Inicialmente, a conversa sobre a composição da chapa estava sendo realizada com o União Brasil, que lançou o deputado estadual Thiago Duarte como pré-candidato. “A gente tem uma conversa lá de trás, que andáramos juntos e que, em algum momento, veríamos quem estaria melhor e um apoiaria o outro. Mas tudo está caminhando”, explicou Juliana, acrescentando que, nesse ano, devido às enchentes, as negociações atrasaram.

De acordo com Juliana, as conversas na Câmara demonstraram que “até mesmo aqueles (partidos) que estavam mais certos (em apoiar determinada candidatura) já estão abrindo conversas”. Entre as siglas com as quais a pretendente ao Executi-

vo esteve dialogando em busca de apoio estão o PSB, o Avante e, até mesmo, o PSDB.

Os tucanos buscam emplacar uma candidatura própria à prefeitura junto ao Cidadania, com o qual estão federados. Entretanto, ainda não definiram quem deve pleitear o cargo. Entre os nomes cogitados estão o deputado estadual Kaká D’Ávila (PSDB), o ex-deputado estadual Mano Changes (PSDB), a deputada federal Any Ortiz (Cidadania) e o ex-prefeito de Porto Alegre Nelson Marchezan Júnior (PSDB, 2017-2020). O ex-prefeito afirmou em entrevista ao **Jornal do Comércio** que não descarta a candidatura. O PSDB inclusive emitiu nota apoiando a sua indicação.

“O PDT está no governo do Estado, então temos proximida-

de (com o PSDB, de Eduardo Leite). Eu respeito o tempo do PSDB, que está em busca de uma candidatura própria, o que é extremamente legítimo, mas já disse que gostaria muito do apoio deles. Em qualquer momento a gente vai voltar a conversar”, comenta Juliana.

A pré-candidata não descarta também integrar alguma candidatura como vice. “Se aparecesse alguém com o perfil de querer debater mais a cidade, tentar levar a campanha para uma questão mais nacional e que estivesse melhor posicionado que eu nas pesquisas, eu não teria problema nenhum. Porque o meu objetivo é uma alternativa que não seja essa que está posta, entre PT e Sebastião Melo (MDB)”, afirma.

ELSON SEMPÉ PEDROSO/CMPA/DIVULGAÇÃO/JC



Pedetista (c) visitou a Câmara em busca de apoio para compor chapa

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade

www.sko.com.br | 51 3342.9323